

Programa para a Direção do SNESup 2016-2018

Lista A
+SNESup

Um Sindicato de princípios, ideias e causas na defesa do Ensino Superior e
Ciência!

+SNESup = +Ensino Superior e +Ciência

O SNESup Sindicato Nacional do Ensino Superior – Associação Sindical de Docentes e Investigadores – tem uma forte identidade que resulta de uma longa história de luta pela defesa do Ensino Superior e Ciência e pela dignidade do exercício da profissão dos seus Docentes e dos Investigadores.

Mais do que nunca, é necessária uma associação forte e independente, que trabalhe para a dignificação de todos, capaz de representar e de traduzir o conjunto alargado destas vontades, dando voz à reivindicação de um melhor Ensino Superior e de uma melhor Ciência: um verdadeiro Sindicato Nacional do Ensino Superior – Associação Sindical de Docentes e Investigadores!

O momento é de desafio. São cada vez mais notórias as falhas do modelo vigente que degrada a universidade, o politécnico, os laboratórios e centros de investigação.

É claro para todos que é necessário um espaço de representação, que permita intervir no Ensino Superior e Ciência, conferindo dignidade e trabalhando em prol da definição de uma verdadeira estratégia.

O espaço global em que se desenvolve o Ensino Superior e a Ciência é, neste momento, um espaço de competição com tendência a acelerar desigualdades. A Universidade como formadora de elites deslocou-se, sendo uma prática cada vez mais corrente que aqueles que se encontram nos níveis socioeconómicos mais elevados procurem que os seus descendentes sejam predominantemente formados nas universidades de maior prestígio global, sobretudo as do espaço anglo-saxónico, com garantia de acesso às redes dominantes onde circulam melhores salários e influências. O próprio espaço europeu modificou-se perante esta ameaça, denotando uma propensão para que os projetos privilegiem uma lógica assente em conceitos como “personalidades” e “excelência”, o que condena o Ensino Superior a um futuro desagregador com uma série de consequências.

Um dos impactos desta mudança incide sobre as próprias lógicas de financiamento que, ao privilegiarem a partilha de custos e a participação dos privados, tornam o sistema mais dependente do contexto socioeconómico vigente. A pressão para a formação nas redes globais de elite, leva a que aqueles que possuem maior capacidade económica se afastem, aumentando as fragilidades do sistema de ensino superior. Este volta-se então para uma formação de nível intermédio, com custos mais reduzidos, penalizador da mobilidade social, com menores vencimentos e menos prestígio social.

Estamos a jogar num plano fortemente inclinado, que aposta no curto-prazo, na comunicação e imagem, nas redes de contactos privilegiados e de elite, cujo pragmatismo acentua o imediato e o individual, em detrimento de qualquer noção de coletivo, inclusivamente a própria noção de Estado-Nação.

É por isso, também, uma questão de geopolítica que tem implicações sobre a própria soberania, onde a frequência de instituições noutros países traz consigo laços de solidariedade, que importam nas dinâmicas de escala global.

Ter conhecimento destes fatores de escala global é preparar melhor a defesa do Ensino Superior e Ciência. Para tal é necessário um sindicato com amplo conhecimento destes movimentos, com contactos internacionais, que permita a compreensão do que vai sendo determinado pelas organizações internacionais (OCDE, Comissão Europeia, Banco Mundial) e do que sucede no Ensino Superior e Ciência noutros países.

Uma Associação Sindical de Docentes e Investigadores é, obviamente, uma instituição que percebe o valor do estudo e do trabalho académico. Importa, por isso, desenvolver, apoiar e aprofundar a investigação e a reflexão, por forma a melhor identificar disposições, caminhos e estratégias. O SNESup deve continuar a ser entendido como um ator que conhece profundamente a realidade do sistema de Ensino Superior e Ciência, ciente dos dados e estatísticas, reforçando-se enquanto elemento de referência para o setor.

Neste quadro global, a precarização e desvalorização do trabalho de docência e investigação não sendo um exclusivo de Portugal, torna-se para este uma das maiores ameaças. Manter um caminho de flexibilização e depreciação do emprego científico significará mais emigração qualificada e um desperdício acentuado de capacidade e talento. É por isso fundamental trabalhar para inverter esta situação, conferindo condições de estabilidade e de valorização que se tornam vantagens competitivas, com capacidade para construir grupos de investigação e desenvolvimento com maturidade e qualidade, capazes de imprimir continuidade ao seu trabalho, com experiência nas suas matérias e suscetíveis de ser identificados como referência. Tal significa também condições de trabalho que permitam articulação e colaboração, livres de climas de coação ou chantagem.

A flexibilização e depreciação do emprego está associada a um desequilíbrio das relações laborais, que só poderão voltar a ser reequilibrados com uma intervenção fortemente representativa. O SNESup é tão, ou mais forte na sua ação, quanto o seu número de associados e a sua capacidade de mobilização. É por isso fundamental cimentar a posição do SNESup, permitindo que se assuma de facto como o Sindicato Nacional do Ensino Superior, a Associação Sindical de Docentes e Investigadores. É necessário ao país a existência dessa força com capacidade de congregação e de representatividade.

É fundamental combater a ideia de que um sindicato é algo a ser usado pelos agentes como arma nas suas situações de litigância e conflito individual. Um sindicato é uma reunião de vontades e de vozes, que com a força da sua representatividade consegue criar equilíbrios na balança do poder institucional. Esse equilíbrio é necessário e vantajoso para todos, sendo produtivo para o Ensino Superior e Ciência e para o país.

Os mecanismos existentes hoje na realidade institucional do Ensino Superior e Ciência denotam um enorme desequilíbrio: a voz de cada um é esmagada perante um poder reforçado e centralizado, que não possui qualquer caução. É por isso fundamental criar instituições que reequilibrem a relação de poderes e possuam uma ação orientada para o bem comum.

Os tribunais devem ser o lugar da aplicação da lei e da justiça, não sendo transformados no terreno predominante e único das lutas laborais. O grau elevado de litigância inerente à inexistência de mecanismos de equilíbrio no quadro das relações laborais representa um custo acrescido que deriva da incapacidade de construção de mecanismos que permitam o diálogo social.

É fundamental implementar um quadro de negociação, com simetria representativa, por forma a construir melhores organizações, servindo como fator de impedância à degradação do exercício da profissão e à correção de problemas estruturais.

Tal significa a presença de um SNESup fiel aos seus princípios como Sindicato Independente, Sindicato de Causas, ativo, dinâmico, solidário, íntegro e atento. Essa fidelidade é o garante da sua própria liberdade, que lhe garante uma ação mais vasta e mais reconhecida.

Mantemos por isso a continuidade do trabalho desenvolvido anteriormente, incluindo:

- a dignificação das carreiras docentes e de investigadores no quadro do Ensino Superior para um desempenho eficiente das funções exigidas a estes profissionais;
- as condições de trabalho, com uma adequada compatibilização da vida profissional com a vida familiar, num quadro de desenvolvimento sustentado, assegurando uma efetiva melhoria do Ensino Superior;

- a independência da investigação, promovendo boas práticas de contratação em termos de emprego científico e docente essenciais a uma produção de conhecimento inovador e de qualidade;
- o reforço das oportunidades de mobilidade (com garantias) e formação dos docentes e investigadores indispensável à valorização do Ensino Superior.

Preservamos o compromisso de trabalhar em prol de:

- carreiras do Ensino Superior de elevado nível de exigência, qualificação e responsabilidade, garantindo a existência de sistemas justos e eficazes de avaliação e progressão;
- uma reposição salarial que reflita a dignidade das carreiras de acordo com as exigências que têm de ser feitas num Ensino Superior de qualidade (uma remuneração justa e correspondente aos respetivos lugares de carreira), com equiparação às demais funções como a magistratura, ou a carreira diplomática;
- um Ensino Particular e Cooperativo onde cada instituição tenha um corpo docente próprio, devidamente qualificado, que garanta a qualidade dos projetos educativos e o efetivo desenvolvimento de investigação científica no estrito cumprimento da legislação do trabalho;
- o debate sobre as grandes questões do Ensino Superior e da Investigação, retomando a realização dos Encontros do SNESup e continuando a apoiar e a patrocinar estudos e projetos ligados também às questões laborais e sindicais;
- um Sindicato que continue a ser um fator de identificação e de coesão profissional;
- uma maior participação de todos os associados nas atividades do Sindicato, através da participação ativa nos seus órgãos, nos encontros que venham a ser organizados;
- um diálogo com toda a comunidade académica, fazendo interagir colegas, dando sentido à sindicalização e assim dando força à ação do Sindicato;
- um reforço da imagem do Sindicato junto da opinião pública;
- um diálogo com outras organizações sindicais e profissionais, numa base de reconhecimento do nosso carácter de Sindicato independente, do respeito mútuo e defesa dos interesses das suas classes e associados;
- a organização periódica e regular dos Congressos do SNESup.

Garantimos a defesa dos Princípios Orientadores do SNESup relativamente à Organização do Ensino Superior aprovados pelo Conselho Nacional:

1. O ensino superior deve contribuir para o conhecimento e o desenvolvimento da Sociedade, sem esquecer os direitos, aspirações e especificidades das IES e dos membros das suas comunidades.;
2. Portugal não tem ensino superior a mais, como demonstram as ainda reduzidas taxas de frequência e de qualificação da população face aos objetivos do país e da União Europeia;
3. A promoção e a manutenção de um leque diversificado de formações contribui para aumentar os níveis de qualificação superior de modo a atingir esses objetivos;
4. Para tal, deverão ser aproveitadas e potenciadas as capacidades das IES e das suas comunidades, através da alteração das restrições administrativas e financeiras que impedem esse aproveitamento;
5. Nesse sentido, deve ser assumida a via do mérito e da qualidade, permitindo às IES e aos seus docentes e investigadores ministrar formações nas áreas e nos graus para os quais tenham qualificações, de acordo com um referencial de competências exigente e objetivo;

6. Esta via deve ser consentânea com uma política que valorize e potencie o contributo que as IES dão para o desenvolvimento e para a coesão territorial, através do fomento da qualidade e da atratividade nas instituições das regiões demograficamente desfavorecidas.

Ao nível de áreas de intervenção, propomos:

Área de Relações Institucionais, Comunicação e Imagem

- Intensificar a representatividade do SNESup, através do lançamento de uma nova campanha de sindicalização;
- Reforçar a aproximação e colaboração com outras associações representativas de profissões de elevada exigência técnica, intelectual e qualificação académica;
- Desenvolver o relacionamento institucional com os órgãos de soberania e os vários agentes políticos;
- Progredir a aproximação a instituições e estruturas sindicais europeias e internacionais, criando ou reativando contactos e parcerias, garantindo a presença e representação em fóruns internacionais;
- Incrementar a comunicação no plano internacional: quer articulando-a com movimentos como o da "carta aberta"/EuroScientist; quer procurando recrutar mediadores/representantes de investigadores e docentes nos países que têm vindo a beneficiar de forma mais visível da chamada "fuga de cérebros", nomeadamente, a Noruega e o Reino Unido;
- Estabelecer articulação com estruturas complementares de representação coletiva, nomeadamente as Comissões de Trabalhadores, assegurando que não se concretize qualquer hipótese da sua instrumentalização e garantindo que possam assumir-se como plataforma de diálogo entre os trabalhadores de cada instituição;
- Potenciar a relação com os estudantes, incluindo reuniões com as suas associações representativas;
- Promover fóruns de discussão sobre temas como os efeitos do envelhecimento do corpo docente, o desgaste e a instabilidade laboral e os reflexos a qualidade do ensino, a propensão para o ensino à distância e o aumento do nº de alunos por turma;
- Evidenciar as razões objetivas que afastam, ou convidam a trabalhar no ensino superior e na investigação em Portugal, dando expressão e colaborando com outros estudos já produzidos relativamente à emigração qualificada;
- Dinamizar a presença do SNESup no espaço virtual, nomeadamente no Facebook e no Youtube;
- Melhorar a página do SNESup na internet;
- Procurar que a revista "Ensino Superior" possa ter uma cobertura ainda melhor das ações do sindicato, desenvolvendo um espaço de entrevistas sobre temas pertinentes, e implementar a sua edição em formato eletrónico;
- Criar uma coleção de obras da responsabilidade editorial do SNESUP sobre matérias relacionadas com o ensino superior em Portugal, nomeadamente analisando a evolução histórica do setor e comparando a realidade portuguesa com a de outros países;
- Fomentar a aproximação à COSEC, no sentido do estímulo ao emprego científico nas empresas e noutros parceiros tidos por convenientes;
- Continuar o trabalho de renovação da imagem do SNESUP, com o desenvolvimento de material de identificação e promoção.

Área de Política Reivindicativa e Apoio Jurídico

- Lutar contra o subfinanciamento do sistema de Ensino Superior e Ciência;
- Garantir a estabilidade dos vínculos enquanto princípio base e alicerce do sistema;
- Exigir o respeito pelas carreiras, nomeadamente em matéria de contratação e de horas de trabalho, denunciando e combatendo nas IES, junto da tutela e na comunicação social, todos os abusos e más práticas laborais;
- Lutar pela inversão das tendências de precarização do emprego científico, de envelhecimento do corpo docente/investigadores e de redução do financiamento público no ensino superior;
- Continuar a afirmar a negociação coletiva e a contratação coletiva no espaço do Ensino Superior e Ciência;
- Manter a pressão para a negociação e escrutínio dos regulamentos administrativos que emanam dos estatutos de carreira e de todos os atos administrativos que possuem consequências nas relações laborais e condições de trabalho;
- Exigir a aplicação dos ACEEPs e alargar a sua prática de negociação, em conjunto com todos os trabalhadores de cada IESP;
- Instituir a mesa negocial permanente com o MCTES;
- Negociar e aplicar um Acordo Coletivo de Trabalho para o ensino superior privado e cooperativo, que garanta a implementação do RDIIP;
- Aprofundar a estratégia que coloca o SNESUP como parceiro negocial e consultivo junto da tutela ministerial, da AR, do CRUP e do CCISP;
- Sensibilizar os associados e poder político, para a reversão dos sistemas de governação das IES hoje altamente centralizados e inibidores da participação dos docentes, por forma à criação de um modelo de governação mais representativo e que reequilibre a relação de poderes dentro das instituições, permitindo alterar o clima de asfixia democrática que se vive no Ensino Superior;
- Propor que os conflitos em relações de trabalho, à luz do CTFP; sejam esgrimidos nos tribunais de trabalho;
- Criminalizar os dirigentes que implementam procedimentos ilegais no que respeita às relações contratuais de trabalho;
- Lutar pelo respeito pela proporcionalidade estabelecida nos estatutos de carreira relativamente às diversas categorias, incluindo os limites à contratação de convidados;
- Continuar a exigência de que seja paga a remuneração devida (por lei) aos colegas que venceram concursos para categorias superiores (mas continuam a auferir o salário da sua anterior categoria) e àqueles que obtiveram o título de agregado;
- Lutar pelo descongelamento das carreiras e pela progressão remuneratória, dando sequência aos processos de avaliação de desempenho com o devido aumento de vencimento resultante do mérito;
- Combater a degradação e a desvalorização da carreira que advém da contratação de professores convidados em condições indecorosas, reclamando o princípio de "Trabalho igual salário igual", tendo em atenção que, com habilitações iguais, desempenhando as mesmas funções, avaliados nas mesmas dimensões (docência, gestão universitária, investigação e extensão), aos convidados são oferecidas condições de trabalho claramente desvantajosas, incluindo a desproporcionalidade das cargas letivas, com remunerações inferiores contratos a termo certo de 9/10 meses, com a interrupção nos meses de verão e a recusa do direito à exclusividade;

- Manter a promoção da resolução extrajudicial dos conflitos apelando à adesão ao Centro de Arbitragem Administrativa e à constituição de comissões paritárias em cada instituição;
- Acompanhar a produção legislativa da Administração Pública, designadamente a que tenha impacto nas carreiras especiais e muito em especial nas carreiras docentes do Ensino Superior e na carreira de investigação científica.
- Monitorizar e garantir a aplicação das 35 horas de trabalho semanal ao Ensino Superior, com respeito absoluto pelos limites de carga horária estabelecidos pelos estatutos de carreira, reconhecimento do tempo necessário às várias atividades relacionadas com a docência, e devida compensação das horas extraordinárias;
- Manter a pressão sobre a tutela para que o art. 58º do RJIES seja concretizado;
- Clarificar os sistemas de avaliação do desempenho, contestando os seus excessos e procurando uma maior justiça;
- Desenvolver barómetros, questionários e outros mecanismos de inquérito e aferição, monitorizando e caracterizando as condições laborais e a situação do sistema, tendo também em atenção a forma como estes instrumentos podem promover uma participação mais democrática, um controlo da representatividade das decisões, o debate e a postura de crítica.

Área de Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia

- Desenvolver e promover análises relativas ao sistema do Ensino Superior e Ciência, designadamente através da identificação e incentivo de estudos de às condições e relações de trabalho, à mobilização coletiva e adesão sindical e às organizações de trabalho;
- Contribuir para o conhecimento e valorização social da profissão académica;
- Promover debates e ações sobre questões pedagógicas no Ensino Superior;
- Contribuir para a melhoria dos procedimentos e instrumentos de avaliação pedagógica e apoiar os colegas que suscitem a necessidade de validação dos seus resultados;
- Analisar os mecanismos de progressão e o papel dos concursos nesse âmbito;
- Reverter as políticas de afastamento dos docentes dos processos de decisão das instituições, incluindo os processos de constrangimento à democracia, participação, paridade e representatividade;
- Promover uma mensagem de solidariedade e de ética entre os diversos agentes do ensino superior;
- Dar visibilidade ao "lado negro" das universidades-fundação, nomeadamente no que respeita aos recursos humanos, desmontando a ideia de que são uma solução milagrosa e polivalente.

Área de Política Científica e Apoio aos Investigadores

- Defender o princípio de que as bolsas devem ser reservadas apenas para a formação e que todo o restante trabalho de investigação deve ser efetuado ao abrigo de contratos de trabalho.
- Garantir que as necessidades permanentes do Sistema Científico Nacional são preenchidas por pessoal incorporado nos Estatutos de Carreira de Investigação Científica.

- Lutar para que no Orçamento de Estado distribuído para as instituições de ensino superior esteja inscrita uma rubrica claramente destinada à investigação científica, sendo que, esta rubrica, deve ser independente das verbas distribuídas para as UI&D, permitindo que em todas as instituições possam existir condições para desenvolver investigação científica.
- Aumentar a sindicalização e garantir a representação dos investigadores, independentemente da natureza do seu vínculo.

Área de Organização Sindical:

- Continuar a ampliar a representatividade do SNESup prosseguindo o caminho de aumento do número de associados;
- Reforçar a rede de delegados sindicais, com a introdução de mais mecanismos de incentivo para o exercício destas funções;
- Aumentar o número de protocolos e parcerias, bem como promover a sua divulgação junto da comunidade do Ensino Superior e Ciência;
- Promover a interligação entre as diversas sedes do SNESup.
- Trabalhar para facilitar e promover o acesso a Apoio Psicológico;
- Promover ações junto das IES Privadas, tanto junto dos docentes, no sentido de aí captar mais sócios, e assim conseguir uma maior representação, elaborando um levantamento para averiguar os tipos de contratações que cada uma pratica;
- Atualizar e melhorar o sistema informático dos serviços do SNESup, procurando implementar soluções na nuvem agnósticas no que respeita aos SOs e um sistema de gestão integrada para o apoio jurídico;
- Reforçar a visibilidade do SNESup nas áreas mais periféricas, com vista a cimentar a sua implantação territorial, e a contrariar lideranças déspotas e medidas autocráticas de determinadas instituições.